



## Lei nº 1.677/2019

**Ementa:** Revisa o Plano Plurianual 2018/2021 para execução da parcela anual de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### Capítulo I Das Disposições Preliminares **Seção Única** **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** - Esta Lei revisa o Plano Plurianual 2018/2021, aprovado pela nº 1.592, de 30 de novembro de 2017, para execução da parcela anual de 2020.

**Art. 2º** - As diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, contempladas no Plano Plurianual vigente, permanecem em vigor, atualizadas por esta Lei.

### Capítulo II Da Atualização e da Programação **Seção I** **Da Atualização**

**Art. 3º** - O Plano Plurianual formado por uma base estratégica e um conjunto de programas, reflete as políticas públicas e orienta a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado, tem sua programação orçamentária atualizada para execução em 2020.

### **Seção II** **Da Adequação do Plano à Programação Orçamentária**

**Art. 4º** - O Plano Plurianual permanece com a base estratégica discriminada no ANEXO I da Lei nº 1.592/2017, contendo a contextualização do Município e a orientação estratégica do Governo, enquanto o ANEXO II tem sua programação atualizada para adequação à execução orçamentária dos programas e ações.

§ 1º - Cada programa está estruturado com as ações atualizadas e discriminação completa, com todos os atributos detalhados no ANEXO II, para execução em 2020.

§ 2º - O programa Encargos Especiais compreende as despesas relativas às operações especiais, que não geram bens e nem serviços, consoante Portaria MOG Nº 42/1999.

### Capítulo III Da Gestão Do Plano Plurianual Revisado **Seção I** **Da Gestão do Plano Plurianual**



**Art. 5º** - A gestão do Plano Plurianual, atualizado para 2020, observará os princípios de eficiência e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento e avaliação de programas.

**Art. 6º** - Serão designados servidores que ficarão responsáveis pela gestão dos programas.

**Parágrafo único.** Além da execução diária dos projetos e atividades vinculados a cada programa, cabe ainda ao gestor do programa acompanhar a evolução dos índices e indicadores que refletem o desempenho do programa, assim como demonstrar e avaliar, periodicamente, os resultados.

## **Seção II**

### **Da Regulamentação do Plano Plurianual Revisado**

**Art. 7º** - O Poder Executivo poderá estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual revisado para 2020 e avaliação dos resultados, consoante disposições da Lei Nº 1.592/2017 e da legislação aplicável.

## **Capítulo IV**

### **Das Disposições Gerais**

#### **Seção Única**

#### **Disposições Gerais e Transitórias**

**Art. 8º** - Durante a vigência do Plano Plurianual, o Poder Executivo poderá:

- I** - alterar o órgão responsável por programas e ações;
- II** - alterar os indicadores dos programas e seus índices;
- III** - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;
- IV** - mudar fontes de recursos por Decreto, para ajustar à execução orçamentária às disponibilidades financeiras do Município, consoantes disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 9º** - Havendo mudança na estrutura administrativa, poderá constar da lei específica a indicação dos programas que serão da responsabilidade de órgão com denominação e/ou atribuições modificadas ou de novo órgão criado.

**Art. 10** - Da transparência:

- I** - será disponibilizada no Portal da Transparência esta Lei e seus anexos;
- II** - haverá disponibilização da execução orçamentária diária no Portal da Transparência, de forma analítica,

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2019.

  
**Ângelo Rafael Ferreira dos Santos**  
Prefeito



## **Anexo II**

### **Estrutura Programática do Plano**

### **Programação Orçamentária Atualizada Para 2020**

#### **1. Estrutura Programática**

Os programas de governo são as unidades básicas do Plano Plurianual, propiciando a organização das ações de tudo o que será feito pela Administração Municipal em 2020, quer sejam projetos de investimentos ou execução de atividades continuadas, tendo como objetivo solucionar problemas, carências ou atender demandas da sociedade.

##### **1.1. Programas e Ações**

Por meio de diversos demonstrativos, com todos os atributos estabelecidos, o Plano Plurianual é organizado em Programas, onde são estruturadas as ações de governo, sejam destinadas aos projetos de investimentos ou as atividades de duração continuada, desdobradas nos instrumentos de programação orçamentária, projetos e atividades, com valores e fontes de recursos para execução orçamentária em cada exercício.

##### **1.2. Demonstrativos do Plano Plurianual Revisado**

A seguir os anexos e demonstrativos de planejamento e orçamento que integram a programação orçamentária do Plano Plurianual, revisado para 2020, elaborados de acordo com a legislação vigente e compatíveis com os anexos e demonstrativos da lei orçamentária anual respectiva.